



Requerimento n.º _____ data _____

Pago pela guia n.º _____ valor _____ €

O Funcionário, _____

EXMO. SR. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

<input type="checkbox"/> AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO
<input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO
Processo N° _____ / _____ / _____

REQUERENTE						
Nome						
Morada						
Freguesia		Código Postal				
N.º Identificação Fiscal		N.º Identificação Civil		Válido até		
Telefone		Telemóvel		Fax		
E-mail						
Na qualidade	<input checked="" type="checkbox"/> Proprietário	<input type="checkbox"/> Usufrutuário	<input type="checkbox"/> Locatário	<input type="checkbox"/> Superficiário	<input type="checkbox"/> Outro	

REPRESENTANTE						
Nome						
N.º Identificação Fiscal		N.º Identificação Civil		Válido até		
Na qualidade	<input type="checkbox"/> Mandatário	<input type="checkbox"/> Sócio-gerente	<input type="checkbox"/> Administrador	<input type="checkbox"/> Outro		

PEDIDO						
Em conformidade com o estabelecido no artigo 62º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro (RJUE), e no n.º 25 da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, vem requerer a V. Exa. a autorização de utilização para:						
<input type="checkbox"/> Prédio	<input type="checkbox"/> Fração(ões)	<input type="checkbox"/> A área do prédio				
Local				Nº		
Freguesia						
Código da Certidão Comercial Permanente						
Utilização pretendida	<input type="checkbox"/> Habitação	<input type="checkbox"/> Comércio	<input type="checkbox"/> Serviços	<input type="checkbox"/> Indústria/ Armazém		

Após o deferimento do pedido de autorização de utilização, e em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artigo 76º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro (RJUE), solicita ainda a **emissão do respetivo alvará.**

ATIVIDADE

A – Empreendimento turísticos ao abrigo do Decreto-lei n.º 39/2008, de 7 de março, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro

Vem requerer a V. Exa. a autorização de utilização para fins turísticos, no prédio a seguir identificado, que titulará a instalação de:

<input type="checkbox"/> Estabelecimento hoteleiro	<input type="checkbox"/> Aldeamento turístico
<input type="checkbox"/> Apartamento turístico	<input type="checkbox"/> Conjuntos turísticos
<input type="checkbox"/> Empreendimento de Turismo de Habitação	<input type="checkbox"/> Empreendimento de Turismo no Espaço Rural
<input type="checkbox"/> Parque de campismo e de caravanismo	

Classificação pretendida	Capacidade
Nome do Estabelecimento	
Utilização licenciada	

Em conformidade com o estabelecido nos diplomas anteriormente enunciados, **solicita ainda a emissão do respetivo alvará ou do aditamento ao mesmo, após o deferimento do respetivo pedido de autorização de utilização.**

B – Outras atividades sujeitas a autorização de utilização específica

Vem requerer a V. Exa. a autorização de utilização para:

Utilização pretendida	
Enquadramento legal	

RAMPAS DE ACESSO AO INTERIOR DO(S) PRÉDIO(S)

(Preencher somente no caso das rampas terem sido identificadas no projeto de licenciamento urbanístico que origina o presente pedido e a respetiva ocupação da via pública não se encontrar devidamente licenciada).

1.	Finalidade	<input type="checkbox"/> Acesso Particular	<input type="checkbox"/> Acesso Comercial/ Industrial	Dimensão da rampa		metros
	Local				Nº	
2.	Finalidade	<input type="checkbox"/> Acesso Particular	<input type="checkbox"/> Acesso Comercial/ Industrial	Dimensão da rampa		metros
	Local				Nº	
3.	Finalidade	<input type="checkbox"/> Acesso Particular	<input type="checkbox"/> Acesso Comercial/ Industrial	Dimensão da rampa		metros
	Local				Nº	
4.	Finalidade	<input type="checkbox"/> Acesso Particular	<input type="checkbox"/> Acesso Comercial/ Industrial	Dimensão da rampa		metros
	Local				Nº	

ANTECEDENTES

Licença/Autorização/Comunicação Prévia n.º **26/2015**

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

O seu pedido deve ser instruído com os elementos abaixo indicados. Assinale com uma cruz (X) os documentos que junta ao seu processo.

1. Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de apresentação do pedido:

1.1. Mesmo que tenha preenchido o campo “Código da Certidão Predial Permanente” deste formulário, sugere-se a junção da **Certidão da Conservatória do Registo Predial (CCRP)** (a validade das certidões extraídas a partir de 1 de outubro de 2012, é de seis meses) de forma a evitar atrasos na apreciação do pedido caso o código contenha lapsos no seu preenchimento;

2. Mapa de medições, devidamente preenchido de acordo com as normas previstas pelo técnico autor do projeto (ANEXO D);

<input type="checkbox"/>	3. Ficha estatística do INE (Q4);
<input type="checkbox"/>	4. Termo de responsabilidade subscrito pelo técnico responsável pela direção técnica da obra ou direção de fiscalização da obra , nos termos do disposto no artigo 63.º do RJUE, ponto 20.º e Anexo III da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, com a redação dada pela declaração de retificação n.º 26/2008, de 9 de Maio;
<input type="checkbox"/>	5. Prova de inscrição do técnico pela direção técnica da obra/direção de fiscalização da obra em associação pública de natureza profissional e da validade da mesma aquando da apresentação do requerimento inicial;
<input type="checkbox"/>	6. Planta e corte do edifício, da fração ou da área objecto do pedido com identificação do respetivo prédio, nos termos da alínea d) do n.º 1 do ponto 15.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, quando aplicável;
<input type="checkbox"/>	7. Livro de obra encerrado (quando tenham sido realizadas obras);
<input type="checkbox"/>	8. Projeto Arquitetura: telas finais <input type="checkbox"/> 8.1. Que incluam as alterações ao projeto aprovado ou à comunicação prévia admitida: (quando tenham sido realizadas alterações durante a execução da obra, em conformidade com o disposto no artigo 83.º do RJUE) Deverão ser apresentadas: <input type="checkbox"/> 8.1.1. Peças desenhadas com a indicação das alterações realizadas, com as cores convencionais (cor vermelha para os elementos construídos, cor amarela para elementos demolidos, cor preta para os elementos conservados) <input type="checkbox"/> 8.1.2. Peças desenhadas sem diferenciação de cores, correspondente à obra final <input type="checkbox"/> 8.2. Termo de responsabilidade do técnico autor do projeto acompanhando as telas finais, garantindo a conformidade das mesmas com o projeto aprovado ou com a comunicação prévia admitida e com as alterações efetuadas durante a execução da obra.
	Nota: No caso de não terem sido efetuadas alterações ao projeto aprovado ou à comunicação prévia admitida, não é necessário apresentar telas finais nem o termo de responsabilidade do autor do projeto. Sempre que o técnico responsável pela direção técnica da obra afirmar, no termo de responsabilidade, que as alterações efetuadas ao projeto estão em conformidade com as normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, terão que ser apresentadas as telas finais e o termo de responsabilidade do autor do projeto;
<input type="checkbox"/>	9. Avaliação/ ensaio acústico , para efeitos de verificação do cumprimento do projeto acústico, ou quando aplicável, dos limites legais para a instalação e exercício de atividades ruidosas permanentes, conforme previsto no n.º 5 do artigo 12.º e artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro;
	<u>OU</u>
<input type="checkbox"/>	9. Termo de responsabilidade , emanado nos termos do n.º 10 do artigo 13.º, do n.º 2 do artigo 63.º e do n.º 3 do artigo 64.º do RJUE acompanhado de declaração subscrita pelo autor de projeto ou pelo diretor de obra/ diretor de fiscalização de que tais elementos foram obtidos;
<input type="checkbox"/>	10. Certificado de inspeção emitido pela entidade inspetora da rede de gás , previsto no Decreto-Lei n.º 521/99 de 10 de dezembro ou comprovativo do fornecimento de gás, quando aplicável;
<input type="checkbox"/>	11. Certificado SCE (Sistema Certificação Energética), emitido por Perito Qualificado
	<u>E</u>
<input type="checkbox"/>	Ficha resumo caracterizadora do edifício e da intervenção realizada, de acordo com o modelo constante na Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro, com Declaração de Retificação n.º 4/2014 caso se trate de edifício de habitação;
	<u>OU</u>
<input type="checkbox"/>	11. Termo de responsabilidade , emanado nos termos do n.º 10 do artigo 13.º, do n.º 2 do artigo 63.º e do n.º 3 do artigo 64.º do RJUE acompanhado de declaração subscrita pelo autor de projeto ou pelo diretor de obra/ diretor de fiscalização de que tais elementos foram obtidos;
<input type="checkbox"/>	12. Certificado de exploração emitido pela associação inspetora das instalações elétricas – CERTIEL , previsto no Decreto-Lei n.º 272/92 de 3 de dezembro, ou comprovativo do fornecimento de energia elétrica;
<input type="checkbox"/>	13. Certificado de conformidade das instalações eletromecânicas (elevadores e afins) , previsto no Decreto-Lei n.º 295/98, de 22 de setembro, quando existam.
	<u>OU</u>
<input type="checkbox"/>	13. Termo de responsabilidade , emanado nos termos do n.º 10 do artigo 13.º, do n.º 2 do artigo 63.º e do n.º 3 do artigo 64.º do RJUE acompanhado de declaração subscrita pelo autor de projeto ou pelo diretor de obra/ diretor de fiscalização de que tal elemento foi obtido.

PEDE DEFERIMENTO			
Assinatura		Data	- -

O Técnico de Atendimento procede à **verificação do processo**, aconselhando o requerente a não efetuar a entrega sem que o mesmo seja devidamente corrigido.

NOTAS			
O Técnico de Atendimento		Data	- -